

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ESO**

FELIPE JOSÉ SANTOS BERGÉ
GIULIAN PASSOS ARRUDA

**ANÁLISE COMPARATIVA DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO
CONTÁBIL E FISCAL: O CASO DO ESTADO AMAZONAS E ESTADO
DE GOIÁS EM 2023**

Manaus – AM
2024

FELIPE JOSÉ SANTOS BERGÉ
GIULIAN PASSOS ARRUDA

**ANÁLISE COMPARATIVA DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO
CONTÁBIL E FISCAL: O CASO DO ESTADO AMAZONAS E ESTADO
DE GOIÁS EM 2023**

Relatório final, apresentado a Universidade do Estado do Amazonas, como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: DENISE BITTAR-GODINHO

Manaus – AM
2024



FOLHA DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Felipe Jose Santos Berge
Giulian Passos Arruda

Análise Comparativa da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal: O Caso do Estado do Amazonas e do Estado de Goiás em 2023

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado a Universidade do Estado do Amazonas, como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

DATA DA APROVAÇÃO: DATA DA DEFESA 02/12/2024

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS

BANCA EXAMINADORA

Ass.: 

Orientador (a): MSc. Denise de Freitas Bittar-Godinho.

Ass.: 

Membro da Banca: Dr. Leandro Marcondes Carneiro.

Ass.: 

Membro da Banca: Dra. Roberta Maia Said.



UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS

Universidade do Estado do Amazonas
Av. Djalma Batista, 3578 - Flores
Cep: 69050-010 / Manaus - AM



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Análise Comparativa da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal: O Caso do Estado do Amazonas e do Estado de Goiás em 2023

Comparative Analysis of the Quality of Accounting and Tax Information: The Case of the State of Amazonas and the State of Goiás in 2023

FELIPE JOSÉ SANTOS BERGÉ

Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

GIULIAN PASSOS ARRUDA

Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

DENISE BITTAR-GODINHO

Mestra em Contabilidade e Controladoria, Bacharel em Administração de Empresas pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)

Professora Adjunta da Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Resumo:

Objetivo. O Presente estudo comparou a qualidade da informação contábil e fiscal do Estado do Amazonas em relação ao Estado de Goiás no período de 2023. O objetivo é analisar a qualidade da informação contábil e fiscal do Estado do Amazonas, comparando-os com o Estado de Goiás e destacando as principais diferenças. **Método.** Utilizou-se de pesquisa exploratória com uma abordagem qualitativa com a utilização de informações governamentais e pesquisa bibliográfica de natureza aplicada. **Resultados.** Os resultados encontrados mostraram que o Estado do Amazonas teve divergências nas dimensões I e II do ranking do Siconfi, da qual a primeira se trata da gestão de informações e a falta de retificações de relatórios foi o principal motivo da perda de pontos na dimensão I. Na dimensão II (informações contábeis) foi verificada inconsistências segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). **Contribuições.** Os seguintes resultados podem trazer uma melhora na informação contábil do Estado do Amazonas tornando as tomadas de decisões dos gestores mais assertivas atingindo de forma positiva, os diversos stakeholders.

Palavras-Chave: Qualidade da informação contábil; Siconfi; Informação Fiscal; Amazonas.

Abstract:

Objective. This study compared the quality of accounting and tax information of the State of Amazonas in relation to the State of Goiás in the period of 2023. The objective is to analyze the quality of accounting and tax information in the State of Amazonas, comparing them with the State of Goiás and highlighting the main differences. **Method.** Exploratory research was used with a qualitative approach using government information and bibliographic research of an applied nature. **Results.** The results found

showed that the State of Amazonas had divergences in dimensions I and II of the Siconfi ranking, of which the first deals with information management and the lack of report rectifications was the main reason for the loss of points in dimension I. In dimension II (accounting information), inconsistencies were found according to the Manual of Accounting Applied to the Public Sector (MCASP). **Contributions.** The following results may bring an improvement in the accounting information of the State of Amazonas, making managers' decision-making more assertive, positively reaching the various stakeholders.

Key Words: Quality of accounting information; Siconfi; Tax Information; Amazonas.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade passou a ser uma ferramenta indispensável para as empresas e para as instituições públicas, e a partir dela, é possível ter uma visão clara e objetiva de toda a situação financeira da entidade, logo ela é indispensável para o gestor, pois a partir da contabilidade, pode-se tomar decisões estratégicas a fim de melhorar o desempenho financeiro e obter melhores resultados.

A necessidade de regulação cresceu de acordo com a demanda pelos serviços contábeis resultando na criação do CPC 00, da qual seu principal objetivo é fornecer informações financeiras com qualidade sobre as entidades para que sejam utilizadas por seus usuários.

Com base no CPC (2011), a qualidade da informação pode ser medida seguindo os princípios básicos e fundamentais da relevância, da representação fidedigna e como características de melhoria da informação destacam-se a comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.

Seguindo os princípios básicos e fundamentais a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) criou o ranking do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), cujo tem por objetivo avaliar a qualidade da informação contábil e por meio dos relatórios, demonstrativos contábeis e fiscais que o Tesouro Nacional recebe, averiguar a consistência desses documentos (Siconfi, 2024).

O Siconfi passou a receber informações da matriz de saldos contábeis (MSC) a partir de 2017 de forma facultativa e a partir de 2018 os municípios de capitais, os estados, o Distrito Federal e a União passaram a enviar a MSC de forma obrigatória ao Siconfi e o restante dos municípios o envio da MSC se tornou obrigatório apenas em 2019 (Brasil, 2019).

Neste cenário o gestor precisa interpretar todas as variáveis apresentadas para que a melhor decisão seja tomada para o futuro da entidade. Porém as informações nem sempre são apresentadas da forma correta, fazendo com que as tomadas de decisões sejam equivocadas ou imprecisas e há vários fatores que devem ser levados em consideração, sendo imprescindíveis para as tomadas de decisão estratégicas dos gestores.

No contexto da administração pública, a consequência da má utilidade da informação contábil tendem a tomar maiores proporções do que o setor privado, pois o mesmo há uma relação de complexidade com os stakeholders dessa informação, ademais, há uma constante preocupação com a eficiência das ações do governo e com a qualidade da informação já que muitas vezes são insuficientes ou distorcidas, o que obriga a utilização de tipos específicos de sistemas de controle internos para reduzir a assimetria da informação (Cavalcante e Luca, 2013).

Nesse sentido, a pesquisa busca explicitar em que âmbito a qualidade da informação contábil do Estado do Amazonas se difere do Estado de Goiás em 2023, uma vez que o Estado de Goiás é líder do ranking do Tesouro Nacional desde 2022. Assim, este projeto tem por objetivo analisar a qualidade da informação contábil e fiscal do Estado do Amazonas, comparando-os com o Estado de Goiás e destacando as principais diferenças.

Este estudo justifica-se pela importância de analisar as características da qualidade da informação contábil e fiscal, levando em consideração o seu papel fundamental na transparência e eficiência da gestão pública. O presente estudo destaca-se ao focar no Estado do Amazonas, comparando-os ao Estado de Goiás, atual líder do ranking do tesouro nacional preenchendo uma lacuna significativa na literatura voltada para a realidade do Estado do Amazonas.

Dessa forma, este estudo busca contribuir para o aprimoramento das práticas contábeis e fiscais, partindo da premissa de que a qualidade da informação contábil governamental é essencial para atender diversas partes interessadas e fortalecer a confiança na administração pública.

Para isso foi realizada uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa com análises de informações governamentais e observações, e pesquisa bibliográfica de natureza aplicada.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Qualidade da informação contábil

Martins e Carvalho (2005) argumentam que a evolução da contabilidade está atrelada ao desenvolvimento das organizações, desde o estado de simples métodos

de escrituração e demonstrações contábeis simplificadas, até atingir o patamar de sistema de informação e avaliação. Segundo Andrade (2017) a contabilidade enquanto fenômeno econômico analisa e traduz todo acontecimento ou evento originado na empresa, gerando informações contábeis para seus diversos usuários.

Segundo Crepaldi (2008), a contabilidade gerencial é um ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas que os auxiliem em suas funções gerenciais, para que isso seja possível, a informação precisa atender vários quesitos para ser considerada uma informação de qualidade, Amorim (2007), destaca, a qualidade da informação contábil pode ser considerada como “aquela que pode alterar o estado da arte do conhecimento de seu usuário em relação à empresa e, a partir de interpretações, utilizá-la na solução de problemas”.

No entanto, a Financial Accounting Standards Board (FASB) alerta que cada tomador de decisão julga, por sua vez, qual informação contábil é útil, e que este julgamento é influenciado por diversos fatores. Wernke e Bornia (2001) salientam que, recentemente, a informação gerencial contábil foi evoluindo e passou a incluir informações operacionais ou físicas (não-financeiras), tais como qualidade e tempo de processamento, tanto quanto informações mais subjetivas.

De acordo com Oliveira, Djalma (2000), a Contabilidade é fundamental para o controle e o acompanhamento das atividades econômicas e empresariais, ela trata da coleta, classificação, apresentação e interpretação das informações e dados. Para Stroehler (2006) a “informação em si não tem valor; seu valor origina-se do emprego que lhe é dado”.

Thompson (2000) afirma que a obtenção de informações acuradas é essencial para a ação tomada, todas as empresas precisam dispor de um sistema que coleta e transmita informações precisas, a fim de que seus membros sejam capazes de monitorar o progresso e executar ações corretivas em tempo hábil.

2.2 Sistema de informações contábeis e fiscais do setor público brasileiro (SICONFI).

O Siconfi (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro) é uma plataforma desenvolvida pelo Tesouro Nacional para centralizar, padronizar e divulgar dados fiscais e contábeis de estados, municípios e do Distrito Federal. Criado em 2014, o sistema atende à demanda por maior transparência na gestão pública e ao cumprimento das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (Brasil, 2023).

De acordo com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP, 2015) o Siconfi como ferramenta tecnológica é um avanço em relação ao sistema anterior resolvendo alguns problemas e possibilitando uma maior transparência e disponibilização de dados, padronizando e consolidando os registros orçamentários permitindo a realização do Balanço do Setor Público Nacional (BSPN).

O Siconfi evoluiu para incluir ferramentas interativas que permitem o acompanhamento detalhado das contas públicas, o “Siconfi em Números”, um painel com informações atualizadas que permitem a interação ao deslizar o cursor com gráficos que trazem uma maior clareza, também permitindo ao usuário buscar detalhadamente as declarações encaminhadas de determinado exercício (Tesouro, 2024).

O Tesouro Nacional vem trabalhando para melhorar cada vez mais a qualidade e para aumentar a disponibilidade de informações para que a sociedade brasileira possa ter uma visão ampla, principalmente, pela ampliação do uso dos dados do Siconfi e pela melhoria de sua coleta, por meio da matriz de saldos contábeis (Tesouro, 2020).

2.3 ESTUDO DE CORRELATOS

Como base para o estudo de correlatos será quatro artigos foram utilizados. O primeiro é: qualidade da informação contábil: uma análise de suas características com base na percepção do usuário externo. O segundo é nomeado: Qualidade da informação contábil e fiscal governamental: um extrato de Rondônia.

O terceiro é: Desempenhos dos municípios brasileiros nas dimensões do ranking da qualidade da informação contábil e fiscal e a percepção dos profissionais contábeis sobre o tema. E o quarto é análises do ranking da qualidade da informação

contábil e fiscal no Siconfi dos municípios da região metropolitana de Natal- RN (2019-2021).

Batista e Aurélio (2016) tem por objetivo a analisar a qualidade da informação contábil mediante a sua evidenciação, tendo, como base, a percepção dos usuários quanto à sua forma, conteúdo e utilidade. O estudo foi dividido em duas etapas: a primeira com uma revisão bibliográfica a segunda foi utilizada um estudo de caso com abordagem qualitativa. Como resultado, foi possível identificar a satisfação dos usuários em relação aos serviços e à informação contábil que eles utilizam, bem como identificar as características que melhor as qualificam.

Pereira (2022) abordou em seu artigo a qualidade da informação contábil e fiscal governamental do Estado de Rondônia e seus municípios junto ao sistema de informações contábeis e fiscal do setor público brasileiro (SICONFI) e sua relação com a quantidade de habitantes e área territorial. A metodologia utilizada foi uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, dedutiva quanto ao método e exploratória quanto a finalidade. Como resposta ao problema não há correlação entre a qualidade da informação governamental com o contingente populacional e a área territorial.

Silva (2023) buscou analisar a qualidade da informação contábil e fiscal dos municípios da região metropolitana de Natal – RN, no período de 2019 a 2021, consoante a remessa de dados para a Secretaria do Tesouro Nacional – STN (SICONFI). Os resultados revelaram que dos 15 municípios da região metropolitana de Natal, os municípios de Maxaranguape e Bom Jesus obtiveram as melhores notas no Indicador do SICONFI (ICF). A grande maioria dos municípios teve melhora na pontuação das dimensões ao longo dos anos o que mostra um interesse da gestão atual na transparência.

Lima (2024) tem por objetivo analisar o desempenho dos municípios brasileiros nas dimensões do Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal - Siconfi (Ranking) e avaliar a percepção dos profissionais contábeis sobre o tema. A Metodologia utilizada foi a coleta de dados no site da Secretaria do Tesouro Nacional e aplicação de um questionário com quatro perguntas para profissionais sobre a existência do ranking. A Pesquisa mostra que a Dimensão IV apresentou o menor

percentual de acertos no triênio, revelando problemas na consistência dos dados quando as informações entre relatórios diferentes são comparadas.

3 METODOLOGIA

Pesquisa descritiva com uma abordagem qualitativa com a utilização de informações governamentais e pesquisa bibliográfica de natureza aplicada. A abordagem qualitativa tem a principal característica de tornar concreto o fenômeno que será pesquisado, que será descrita e explicada como ponto de partida a relação e o contexto no qual o fenômeno se insere (Silveira e Córdova, 2009).

Segundo Macedo (1994, p. 13), a pesquisa bibliográfica: “Trata-se do primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica, com o fim de revisar a literatura existente e não redundar o tema de estudo ou experimentação”. A pesquisa bibliográfica, foi feita com materiais já existentes como artigos científicos e com dados retirados do site da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) referente ao ano de 2023.

A pesquisa de natureza aplicada tem como seu principal objetivo produzir resultados que devem ser utilizados na prática, com a finalidade de melhorar as soluções de problemas, logo a natureza aplicada busca a verdade para determinada aplicação prática em situação particular (Nascimento, 2017).

A metodologia do presente trabalho consistirá em comparar o Amazonas e Goiás tomando como base o Ranking no Siconfi. O Estado de Goiás foi selecionado devido a sua grande evolução em 5 anos e se mantendo em primeiro do ranking em 2 anos seguidos, já o Estado do Amazonas foi escolhido pois oscilou bastante no ranking mesmo mantendo um crescimento constante nos acertos das verificações.

A posição no ranking é definida por meio de um indicador da qualidade da informação contábil e fiscal no Siconfi (ICF) que vai de 0% a 100% e que de acordo com a sua porcentagem os Estados podem ser de categoria A até a categoria E variando de acordo com o seu desempenho.

Foi utilizado as quatro dimensões compostas por verificações do ranking do Siconfi, a gestão da informação que possui 36 verificações, contábil com 85 verificações, fiscal com 28 verificações e a dimensão que cruza as informações contábeis e fiscais com 41 verificações. A partir da análise das verificações realizadas

por ambos os entes, e possível buscar entender o motivo da não verificação ou do desconto de pontos em cada verificação.

4 ANÁLISE E DISCURSÃO DOS RESULTADOS

A tabela 1 mostra os 10 primeiros colocados no ranking do Siconfi nos 5 primeiros anos, com destaque ao Estado de Pernambuco que liderou o ranking em 2019 e em 2020 e começou a perder posição no ranking em 2021 chegando em décimo lugar em 2023.

Tabela 1: 10 Maiores pontuadores do ranking do Siconfi

Ranking	2019	Pontos	2020	Pontos	2021	Pontos	2022	Pontos	2023	Pontos
1°	PE	64.40	PE	92.40	TO	98.34	GO	132.29	GO	152.72
2°	SC	64.40	MS	91.47	SC	96.81	RO	130.61	RO	152.52
3°	PB	63.60	RO	91.38	AM	96.76	ES	130.07	TO	152.30
4°	RO	63.40	ES	90.55	PE	96.58	SC	129.78	ES	151.36
5°	PA	63.10	PR	90.32	GO	96.35	TO	129.68	MS	150.43
6°	AM	62.60	PB	89.63	ES	96.32	PE	129.16	PR	149.81
7°	MS	61.90	GO	89.26	BA	95.89	PR	127.79	SC	149.12
8°	ES	61.30	TO	88.99	MS	95.66	PI	127.09	BA	148.65
9°	MT	61.00	AM	88.93	PR	95.30	MS	126.84	AM	148.37
10°	AC	60.80	SC	88.40	RJ	94.87	SE	126.52	PE	147.13

Fonte: Siconfi (2024)

Vale destacar que dos 10 estados que compõem os 10 melhores pontuadores do ranking do Siconfi em 2019 apenas, Paraíba, Pará, Mato Grosso e o Acre não conseguiram se manter nos 10 maiores pontuadores em 2023.

A Tabela 2 evidencia a evolução dos estados Amazonas e Goiás no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi nos últimos cinco anos.

Tabela 2: Evolução dos estados no Ranking Siconfi

Estado	2019	2020	2021	2022	2023
Amazonas	6º	9º	3º	11º	9º
Goiás	19º	7º	5º	1º	1º

Fonte: Siconfi ,(2024).

O estado de Goiás teve uma evolução crescente desde a primeira publicação do Ranking Siconfi de 2019 permanecendo na 1º colocação do ranking em 2023 enquanto o Amazonas oscilou bastante chegando na 3º colocação em 2021 e em 2023 voltou para a 9º posição, essa queda de posição não significa que o Estado do Amazonas piorou na sua qualidade da informação contábil e fiscal, o Amazonas até teve um aumento constante nos seus números de verificações, porém outros Estados tiveram um crescimento mais rápido que o Estado do Amazonas.

Tabela 3: Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi

Icf	Percentual Geral de Acertos
Aicf	Maior ou Igual a 95%
Bicf	Maior ou igual a 85% e menor que 95%
Cicf	Maior ou igual a 75% e menor que 85%
Dicf	Maior ou Igual a 65% e menor que 75%
Eicf	Menor que 65%

Fonte: Adaptado Brasil (2023).

Amazonas e Goiás estão classificadas com nota A no Ranking do Siconfi por ter um Indicador de Qualidade acima de 95% conforme o (Tabela 3) o Amazonas mesmo tendo uma nota alta ainda apresentam inconsistências na Dimensão I (Gestão da Informação) relativa à verificação número 11 onde a quantidade de retificações efetuadas em todos os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do exercício analisado, recebendo somente 0,8 de 1 ponto.

Na verificação número 13 ,14 e 15 também relativa à Dimensão I sobre a quantidade de retificações efetuadas de todos os Relatórios de Gestão Fiscal do poder

executivo, legislativo e judiciário respectivamente do exercício analisado, o desempenho foi o mesmo 0,8 de 1 pontos em todas.

Na dimensão II o Amazonas recebeu nota 0 em 3 verificações. Na Verificação 40 foi verificado que foram informados valores negativos nas contas de balanço, no quinto nível do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Na Verificação 61 não foi informada variação patrimonial aumentativa com o FUNDEB, e na Verificação 81 onde não houve lançamentos a crédito, de férias e 13º salário .

Na dimensão I (que aborda a gestão da informação) o Amazonas possui cinco verificações que não obtiveram nota máxima (1 ponto) perdendo 1,67 pontos nas verificações número 11,13,14,15 e 20, enquanto Goiás teve apenas duas verificações, que não obtiveram nota máxima, 14 e 34 perdendo somente 0,28 pontos referentes a mesma dimensão voltada para gestão da informação.

Na segunda dimensão que analisa os elementos contábeis, somente o Amazonas perdeu pontos nas verificações 40, 61 e 81 perdendo 3 pontos. As dimensões responsáveis pela análise fiscal dos relatórios e pelo cruzamento dos dados fiscais e contábeis recebidos todas as verificações foram realizadas com sucesso.

Tabela 4: Indicador da Qualidade Contábil e Fiscal Siconfi

Estado	2019	2020	2021	2022	2023
Amazonas	92%	92,6%	96,76%	95,08%	96,97%
Goiás	85,4%	92,9%	96,35%	99,46%	99,81%

Fonte: Siconfi , (2024).

Na (Tabela 4) podemos analisar o Indicador de Qualidade Contábil e Fiscal dos estados desde a primeira publicação do Ranking Siconfi, Goiás lidera o ranking pelo segundo ano consecutivo com o maior ICF de 99,81%, enquanto o Amazonas ocupa a 9º colocação com 96,97%, separados por apenas 2,84% equivalente a 4,35 pontos referentes ao cumprimento dos critérios das verificações.

Também é possível notar uma diminuição no ICF do Amazonas em 2022, devido às novas verificações implementadas conforme a (Tabela 4), que passaram de

108 para 141 verificações justificando o resultado inferior que é natural devido ao aumento das verificações exigidas conforme a tabela 5.

Tabela 5: Desempenho Geral dos entes e verificações exigidas.

	2019	2020	2021	2022	2023
Desempenho Geral	69,68%	73,54%	77,85%	76,72%	78,44%
Verificações	72	104	108	141	161

Fonte: Siconfi,(2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo analisar a qualidade da informação contábil e fiscal do Estado do Amazonas, comparando-os com o Estado de Goiás e destacando as principais diferenças. Para que seja possível encontrar as principais divergências, se fez necessário a análise das verificações e das dimensões da qual elas ocupam.

Foi apurado por meio de dados do ranking do Siconfi que o Estado do Amazonas apresentou divergências do Estado de Goiás em 2 das 4 dimensões propostas pelo ranking. A primeira dimensão da qual o Amazonas deixou de pontuar, se trata da gestão de informação, pelas verificações de 2023 é possível notar que o Amazonas não retificou todos os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), ocorrendo perdas de pontuação proporcionalmente ao número de relatórios que não foram retificados.

Na dimensão II que trata de informações contábeis seguindo as regras do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) o Amazonas perdeu sua maior quantidade de pontos, um total de 3 pontos o que fez com que caísse para o nono lugar.

É notável a preocupação contínua de todos os entes em aprimorar a qualidade da informação fazendo com que a classificação do Amazonas no Siconfi com nota (A)

tenha sido ofuscada pela leve queda na posição do ranking ao ser ultrapassado, mesmo permanecendo com o (ICF) acima de 95% se mantendo no grupo A, provando a importância de implementar novos sistemas e capacitar os servidores para alcançar resultados mais expressivos.

Diante disso faz-se necessário que o setor público analise as dimensões I e II para que em anos seguintes o Estado do Amazonas Lidere o ranking da qualidade da informação contábil e fiscal do Siconfi. Para estudos futuros é de suma importância buscar explicar o que causa essas principais diferenças entre os Estados, para que seja possível transparecer os principais problemas para que serem resolvidos.

REFERÊNCIAS

A.CONTE. O que é Siconfi: Entenda o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público. Disponível em: <<https://portalcontabilidadepublica.com.br/o-que-e-siconfi/>>. Acesso em:23 nov. 2024.

AMORIM, A. D. G. A mediação da informação contábil sob a ótica da Ciência da Informação. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BATISTA DE SOUSA, Marco Aurélio et al. Qualidade da informação contábil: uma análise de suas características com base na percepção do usuário externo. **Iberoamerican journal of industrial engineering**, v. 8, n. 15, 2016.

CAVALCANTE, M. C. N.; & Luca, M. M. M. (2013). Controladoria como instrumento de governança no setor público. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Brasília.
<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/138/712>.

COMITÊ, DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 00 R1: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Brasília, dez, 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos>

Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80. Acesso em: 01 jun. 2024.
CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade Gerencial, 4 ed. São Paulo: Atlas 2008

FASB – FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. Statement of Financial Accounting Concepts nº 2: qualitative characteristics of accounting information. Maio,1980, 60p.

FERREIRA, Davidson. Onde surgiu a contabilidade?. 10 abr. 2023. Disponível em: <https://makrosystem.com.br/blog/onde-surgiu-a-contabilidade>. Acesso em: 6 maio 2024.

GIL, A. C. (2008). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6.Ed. São Paulo: Atlas. ISBN 978-85-224-5142-5

LIMA, D. V. de; REIS, C. C. L. dos; FIALHO, G. F. .; NEVES, R. P. . Desempenho dos municípios brasileiros nas dimensões do ranking da qualidade da informação contábil e fiscal e a percepção dos profissionais contábeis sobre o tema. REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 451–473, 2024. DOI: 10.21680/2176-9036.2024v16n2ID32066. Disponível em:
<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/32066>. Acesso em: 28 nov. 2024.

MACEDO, N. D. Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo, SP: Edições Loyola,1994.
<https://www.franciscopaulo.com.br/arquivos/Classificando%20a%20Pesquisa.pdf>

MARKETING BHUB. O papel da contabilidade na tomada de decisões estratégicas. [S. l.], 15 mar. 2023. Disponível em: <https://bhub.com/blog/papel-da-contabilidade-na-tomada-de-decisoes-2/>. Acesso em: 1 jun. 2024.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, Brasil, v. 16, n. 38, p. 7–19, 2005. DOI: 10.1590/S1519-70772005000200002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34155>. Acesso em: 11 nov. 2024.

PEREIRA, Renilson Marques et al. Qualidade da informação contábil e fiscal governamental: um extrato de Rondônia. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, p. e11511427197-e11511427197, 2022.

SICONFI - Secretaria do Tesouro Nacional (STN) - Versão: 2.0 Página inicial. Disponível em: <<http://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

Siconfi em Números — Tesouro Transparente. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/siconfi-em-numeros>>. Acesso em: 218 nov. 2024.

Siconfi é tema de debate no 6o Congresso Brasileiro de Gestão do MP - Conselho Nacional do Ministério Público. Disponível em: <<https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/8705-siconfi-e-tema-de-debate-no-6-congresso-brasileiro-de-gestao-do-mp?highlight=WyJzaWNvbmZpIl0>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SCOTT, W. The impact technology is having on the accounting professional. World conference on higher education, 2009.

SILVEIRA, Leandro Ricardo Machado. Resumo CPC 00 – Estrutura Conceitual. Veja os principais pontos deste Pronunciamento. [S. l.], 29 maio 2020. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/resumo-cpc-00-estrutura-conceitual-veja-os-principais-pontos-deste-pronunciamento/>. Acesso em: 1 jun. 2024.

SOUZA, M. C. O uso da Inteligência Artificial no Ensino da Contabilidade. 2014 Dissertação (Mestrado) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

STROEHER, A. M.; FREITAS, H. Identificação das necessidades de informações contábeis de pequenas empresas para a tomada de decisão organizacional. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE GESTÃO DA TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (CONTECSI), 3º, 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2006.

VALENTE, N. T. Z. **Qualidade da informação contábil na perspectiva da Ciência da Informação**. 2013. 323 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

WERNKE, R.; BORNIA, A. C. A contabilidade gerencial e os métodos multicriteriais. Rev. contab. finanç., São Paulo , v. 12, n. 25, p. 60-71, Abr. 2001.